



## O CAMPESINATO VIVE!<sup>1</sup>

*Nilton Bueno Fischer\**

Foto: Arquivo Cem

**A**

expressão contida no título deste artigo tem como objetivo entender como o processo educativo, existente nos assentamentos conquistados pelos trabalhadores rurais através do Movimento

dos Sem Terra (MST), se torna também uma forma de aprendizagem para aqueles intelectuais, educadores populares e organizações (partidos, sindicatos) que atuam como seus assessores.

A dinâmica existente no campesinato, especialmente no terceiro mundo, exige a superação de análises que indicavam sua função subalterna. Mare<sup>2</sup> sustenta uma outra leitura sobre o campesinato: "... querer qualificar o campesinato como uma categoria em

via de proletarização ou apenas como funcional ao grande capital parece reduzir e desconhecer a vitalidade e a multiplicidade de suas lutas".

Não há o que contestar sobre esse novo sujeito político, especialmente no Brasil e durante esta última década. Os Sem Terra tem suficiente estatuto como organização representativa dos interesses dos trabalhadores rurais. Basta, para tanto, examinarmos alguns dados, por exemplo, no RS: "63 assentamentos conquistados; 2.294 famílias beneficiadas num total de 48.021 ha. de área"<sup>3</sup>. Outros indicadores podem ser agregados para confirmar a existência de uma sólida instância política com legitimidade e representatividade nacional.

Queremos compreender melhor a dinâmica desses sujeitos instituintes<sup>4</sup>, os quais contribuem para a construção de uma sociedade democrática no Brasil.

Os vínculos desse projeto de sociedade com o processo educativo nos assentamentos podem ser, num primeiro momento, analisados sob três pontos: 1- a questão do conhecimento técnico; 2- a questão da alfabetização de jovens e adultos e 3- a questão de "espaço do político".

Os três itens acima estão propostos tendo como ponto de partida o desafio feito por José de Souza Martins<sup>5</sup>: "... procurei mostrar que a alegada impotência política das classes subalternas, particularmente do campesinato, tão enfaticamente formulada por diferentes correntes teóricas, é a um tempo produto das insuficiências teóricas e produto de uma crise do conhecimento que lida com essas classes. Crise que decorre das razões sociais e da perspectiva de classe que comprometem esse conhecimento com pressupostos iluministas". Em outras palavras, Martins



propõe que os movimentos populares, novo sujeito político presente na sociedade civil, questione os intelectuais na sua função de "induzir as classes subalternas a fazer apenas a prática da teoria", teoria essa que propõe a transformação social orientada pelo privilegiamento do Estado como alvo condutor das intenções e das possibilidades da ação política.

Um dos limites que esses pressupostos iluministas carregam se relaciona com as questões de "poder" e nele está o Estado como a exclusiva instância a ser conquistada pelos movimentos populares. Como afirma Martins<sup>6</sup>: "...mais do que o questionamento da legitimidade do Estado, as classes subalternas estão questionando profundamente o conhecimento político que trabalha com o pressuposto da conquista do Estado..." pondo em questão as teorias da transformação social orientadas pelo privilegiamento do Estado como alvo condutor das intenções e das possibilidades da ação política. É no plano da produção do conhecimento teórico que esse fato representa um desafio para os intelectuais.

Este desafio é discutido com três itens que escolhemos como significativos para aprofundar nosso objetivo principal neste trabalho.

## 1 - CONHECIMENTO TÉCNICO

As preocupações sobre a organização da produção, logo após a conquista do assentamento, parecem contrastar com os momentos mais fortes do enfrentamento com os proprietários, com as forças policiais e mesmo com o poder judiciário. O contraste pode ser traduzido a partir do que diz Lino de David<sup>7</sup>: "o movimento começa a superar inclusive uma série de preconceitos com relação aos técnicos, bem como uma postura de auto-suficiência"... e segue "...o processo produtivo assume uma complexidade tão grande em termos de tecnologia, planificação da produção, administração e contabilidade perante o mercado" que isso demanda uma alteração nas concepções por parte dos trabalhadores.

Assim, frente às competitivas exigências externas de comercialização da produção se verifica concretamente a contribuição da assessoria técnica, desenvolvendo-se um processo educativo, o qual apresenta características diferenciadas em grande parte determinadas pelo tipo de assessoria recebida. Por exemplo, onde o INCRA teve ação mais efetiva se pode constatar resultados satisfatórios nas taxas de produtividade, na qualidade da produção e na própria racionalidade na obtenção de recursos financeiros. Nos assentamentos do Estado, ainda sem condições adequadas até de moradia, os resultados (da produção) ainda são insuficientes, comprovando, então, por comparação, o quanto é possível se avançar no nível de vida dos assentados via assessoria técnica. Aí está um resultado inequívoco de um processo educativo e de encontro de saberes.

Vale acrescentar que a relação pedagógica de interação entre o técnico e o assentado não descarta o político como condição para a obtenção dos bons resultados na esfera produtiva. Não basta um excelente trabalho de assessoria técnica junto aos Sem Terra assentados se não houver, como contrapartida, uma organização política que permita a discussão sobre tais conhecimentos técnicos e de sua efetiva implantação e superação de antigas práticas de produção, como, por exemplo, a adubação verde/orgânica, hoje aceita e utilizada.

Há essa perspectiva pedagógica e política, sem necessariamente esta última representar o "aparelhamento" dos Sem Terra a somente uma esfera política, mas sim uma combinação entre "a organização da produção via sua discussão política". Também é importante encontrar mecanismos já incorporados na vida desses trabalhadores, os quais precisam ser redimensionados frente ao novo momento vivido. Martins<sup>8</sup> lembra que uma dessas formas de organização da produção coletiva é o mutirão.

Para quem atua como assessor - seja como educador popular, sindicalista, membro de igreja e de partido político - a questão do mutirão como forma coletiva de trabalho deve exigir uma análise que considere essa solução não

como definitiva, institucionalizada. Tor-na-se, porém, uma prática adequada a momentos de emergência, os quais, muitas vezes estendem-se por mais tempo, exigindo sua positiva interpretação na medida em que concretamente se fortalecem as noções de "grupo, de solidariedade, os contornos sociais da organização"...

Perguntamos: onde se encontra a genuína aprendizagem nessa aparente contradição, quando o mutirão aparece como forma de organização dos trabalhadores do campo? Nesse momento as persistentes falas de Paulo Freire sobre o "novo" e o "velho" devem colaborar para que o educador popular compreenda o significado do mutirão. Como diz Martins<sup>10</sup>: "Nessa composição aparentemente conservadora, de apego ao 'passado' e de resistência aparente à 'nova' situação econômica, à realidade de empresa capitalista, é que estão sendo construídas as novas relações sociais. As pessoas não inventam o sentido das relações: as condições dessas mesmas relações aparentemente arcaicas, que já não são as condições do passado, é que definem o seu sentido possível".

Há uma "tomada de consciência" por parte dos assessores e dos camponeses através de alterações ocorridas na esfera produtiva pela introdução de tecnologias mais avançadas. Ao mesmo tempo isso ocorre quando tais modificações são confrontadas pelo uso inadequado de produtos agrotóxicos, por exemplo, os quais prejudicam o estabelecimento e consolidação de propostas alternativas de produção sem ferir a natureza.

Retomamos o debate sobre mutirão para que se discuta o aparentemente arcaico como forma de organização da produção e a partir desse impasse surjam novas formas de produzir, superadoras dos modelos individualistas e predatórios contidos na forma capitalista de exploração da produção no campo. Encontra-se, nessa perspectiva, de respeito ao que é trazido pela prática do movimento popular, o ensinamento do que é "solidariedade" e com isso consubstancia-se a construção da sociedade nova que se deseja.



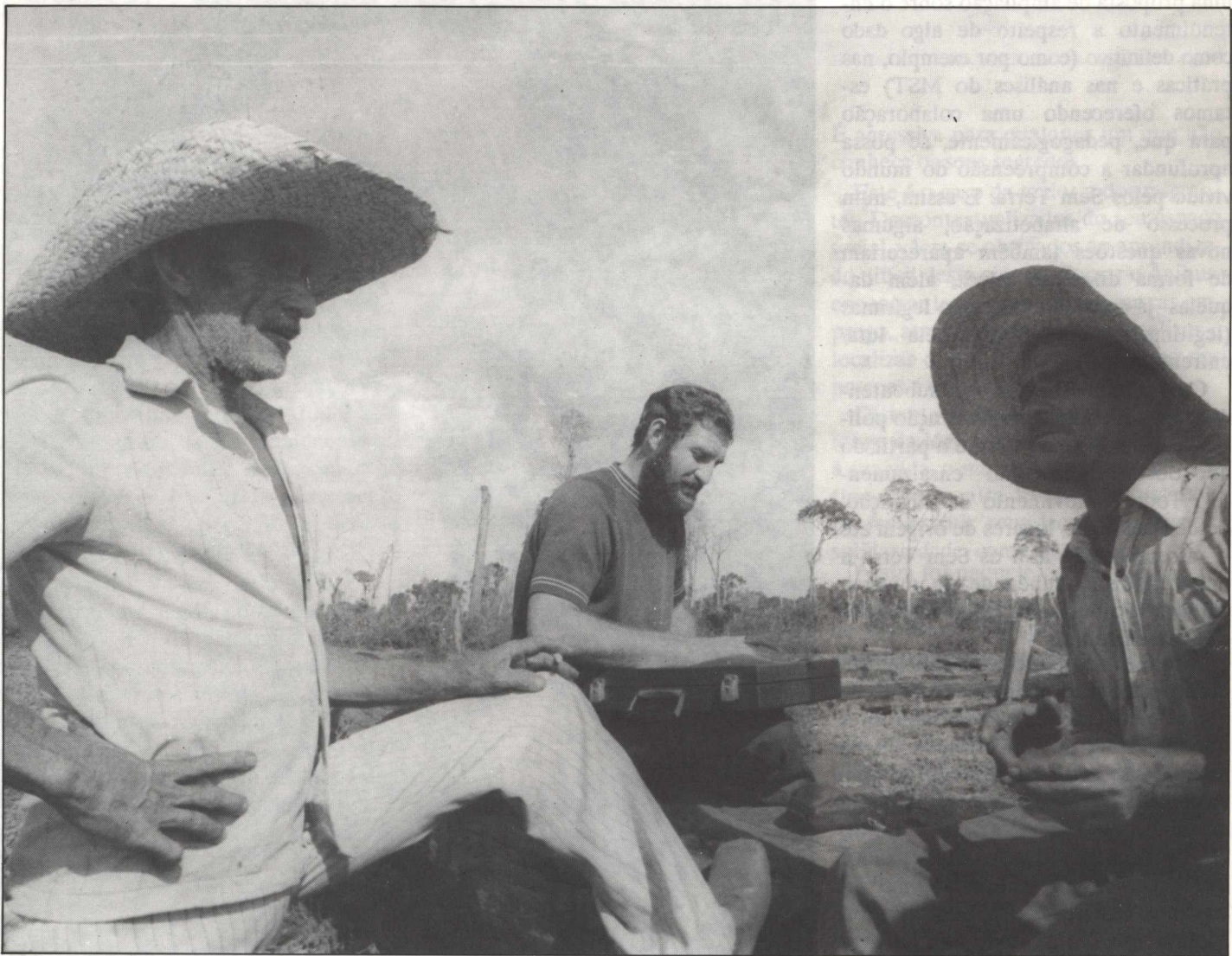


Foto: Arquivo Cem

## 2 - ALFABETIZAÇÃO

Devido a limitações inerentes a um artigo como esse, optamos por reportar aqui a experiência de alfabetização do projeto de jovens e adultos organizado pelo MST-RS. Neste, através da ação direta dos monitores oriundos dos próprios assentamentos, vem se desenvolvendo uma das mais significativas experiências no campo da educação. Há uma dinâmica interação entre o MST, agentes de educação popular e organizações de assessoria.

Toda a justificativa do projeto teve como matriz a posição "freiriana" de uma leitura conscientizadora da realidade vivida pelos monitores em seus assentamentos. Ao mesmo tempo foi incorporada uma séria reflexão sobre a

proposta construtivista de aprendizagem com origem em Piaget e desenvolvida por pesquisadores como Emília Ferreira e Madalena Freire<sup>11</sup>.

Através de núcleos temáticos durante os diversos cursos os monitores tiveram acesso a um conjunto de informações; textos, técnicas e metodologias que lhes permitiram uma suficiente formação preliminar para atuarem como monitores em seus e outros assentamentos. Pela organização da qualificada assessoria do DER<sup>12</sup> no RS, por exemplo, houve uma experiência primeira para oferecer essas condições iniciais a um bom trabalho de alfabetização.

Nos documentos que fundamentam essa proposta, verificamos uma decodificação da leitura do mundo que deverá ser parte integrante também nos planos de trabalho dos monitores.

Neles encontramos passagens como: "Os projetos de educação do MST para os assentamentos e acampamentos têm um objetivo: cortar ao meio o cordão umbilical que liga o colono ao modelo econômico que precisa ter a miséria na sua casa para continuar funcionando". E mais: "Entendemos que é fundamental enfrentar esse desafio e responder a esta necessidade, pois há interesse muito grande de parte dos companheiros que não tiveram acesso à escola, em dominar a leitura e a escrita como um instrumento a mais no processo de sua libertação pessoal, social e política"<sup>13</sup>. Essa passagem confirma a ênfase na relação alfabetização, conscientização, transformação social.

Não é possível discordar do proposto pelos textos das assessorias do MST. Entretanto, cabe aqui uma volta ao indicado no início deste artigo: ao sugerir



uma proposta de ampliação sobre o entendimento a respeito de algo dado como definitivo (como por exemplo, nas práticas e nas análises do MST) estamos oferecendo uma colaboração para que, pedagogicamente, se possa aprofundar a compreensão do mundo vivido pelos Sem Terra. E assim, num processo de alfabetização, algumas novas questões também apareceriam de forma diferente talvez, além daquelas já consideradas como legítimas (legitimadas que foram pela luta/enfrentamento).

Caso a alfabetização seja subentendida apenas como conscientização política, sugere-se uma reflexão a partir do que Bosi designa como “enraizamento”. Todo o movimento de migração, desde a saída dos lugares de origem até o assentamento, leva os Sem Terra a uma conquista também de um universo cultural vocabular que exige momentos de “parar e refletir”<sup>14</sup>.

Para esse fim pode-se até iniciar pelos aspectos mais simples a respeito de quem, efetivamente, são os monitores que irão atuar na alfabetização. Se, na maioria são adolescentes, com II grau (completo ou não) então se encontra aí, na “adolescência” traços culturais do jovem-trabalhador-alfabetizador que precisam ser incluídos como integrantes da formação do alfabetizador. Mesmo que para esses monitores a adolescência não faça parte do processo “normal” de construção de sua identidade de “jovem”, é importante que se considere esse aspecto para não transformar o jovem e sua adolescência somente como “... um resíduo de tempo que já acabou”<sup>15</sup>.

Se as questões que envolvem cultura estão relacionadas com o presente, vivido pelos monitores-jovens, necessita-se um aprofundamento deste conceito, o que ocorreu há 30 anos atrás nas experiências do Movimento Popular de Cultura (MCP). Por que fazemos referência a tal fato? Porque hoje, nos textos do MST, a cultura aparece sempre vinculada ao que Brandão<sup>16</sup> denomina de “politização” da cultura, ou seja, ela se resume na crítica da cultura na sociedade de classes, e na proposta de uma prática política através de um “trabalho pedagógico” (comunitário, escolar, público, setorial, ar-

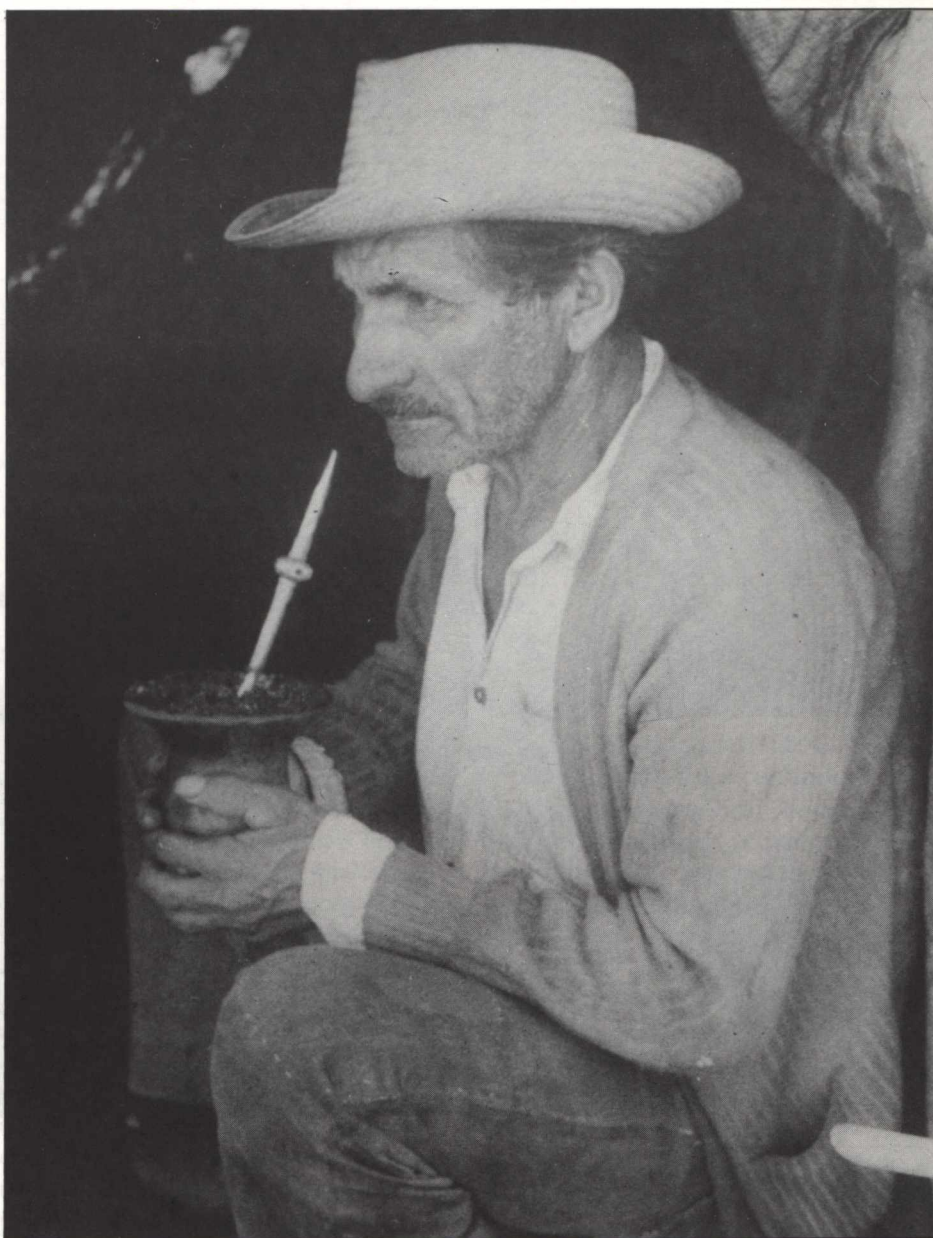


Foto: Arquivo Cem

tístico, etc) sobre/com a cultura. O que segue é também atual para aqueles que atuam nos movimentos populares pelo alerta ao “assessor-esclarecido”: “Mesmo que a intenção do projeto cultural tenha sido, vez ou outra, a de democratizar ou de nacionalizar uma cultura elitista e importada, nunca existiu um projeto de transformações globais de estruturas, mesmo culturais, onde o povo fosse chamado a ser não apenas um beneficiário marginal dos efeitos da luta, mas também e principalmente um de seus sujeitos participantes”<sup>17</sup>.

Então, se já existe esse “alerta” histórico sobre o atrelamento da cultura a projetos de “cima para baixo”, iluministas, por onde passaria um pro-

jeto alternativo que considerasse os aspectos culturais de forma mais “horizontal”? Bosi<sup>16</sup> faz um comentário pertinente sobre as questões de “campanhas” quando afirma a existência de um abuso da função conativa da linguagem quando a Igreja, por exemplo, faz campanha da fraternidade (em 1977) quase como que impondo uma forma de agir que as pessoas das CEBs deveriam ter em relação ao próximo. Por querermos evitar equívocos semelhantes é que pretendemos neste ensaio verificar o quanto já se avançou em educação popular e sua relação com a cultura, e o papel desempenhado por intelectuais.

Nos dois textos do MST a respeito



das questões culturais fica muito evidente que existem avanços significativos sobre a metodologia e sobre a temática a ser discutida em torno da(s) cultura(s). Por exemplo, uma questão prática refletida que trouxe avanço do movimento e que, sem dúvida, deve ser incorporada nas campanhas de alfabetização é aquela vinculada com as questões de "gênero" (machismo). Outro avanço é da relação entre saber e poder. A esse respeito já existe um início de reflexão entre os próprios monitores e assessorias fruto de avaliação de uma sistematização de relatos sobre as condições dos assentamentos.

### 3 - O ESPAÇO DO POLÍTICO

Ao participar, efetivamente, da cena política brasileira, o MST demonstra um caráter forte de organização e de combatividade. Seus integrantes demonstraram nas mais diversas situações - caminhadas, manifestações em praça pública, acampamentos e assentamentos - uma imagem que tende a privilegiar uma relação direta entre o "espaço público" como sentido único de político. A consciência política adquirida através dos mais fortes enfrentamentos, tanto com o poder de

propriedade, com o poder da força policial e com o poder das leis, necessita uma discussão a mais.

A pista que encontramos já foi anunciada através da abordagem que Marília Pontes Sposito<sup>18</sup> dá ao se referir ao processo de "reapropriação do espaço público pelos grupos subalternos". Por essa pista se verifica uma concordância com nossa introdução acima. Entretanto, é preciso que esse tipo de abordagem não procure forçar um contraste entre o público e o pri-



Foto: Arquivo Cem



vado como pólos antagônicos/excludentes e sim que haja, por uma interação entre os dois, uma convergência no sentido que ambos sejam transformados. Sposito acrescenta muito apropriadamente: "assim, ocorre um processo que desvela a vida privada enquanto uma instância social... e por ser uma questão social significa, também, uma questão pública". Esta afirmação não significa que a vida privada do indivíduo deva ser uma questão pública, mas no sentido de que "os modelos da vida privada devem ser considerados objetos e interesse comum, o que significa que uma mudança em tais modelos deve ser muito importante e não uma questão secundária no processo de transformação geral".

O que pretendemos com essa pista? Em primeiro lugar compartilhar com os companheiros integrantes dos movimentos populares, ao MST e aos seus assessores (educadores/intelectuais e organizações) o quanto precisamos rever esse espaço das micro-relações que são, vulgarmente, consideradas como politicamente irrelevantes.

Tão importante quanto a questão da superação da oposição entre público e privado está a relevância do conceito de cotidiano. Como Lefebvre define: "... o estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina o lugar em que se formulam os problemas concretos da 'produção' em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos..."<sup>19</sup>

Ora, na vivência do assentamento, onde novas raízes se criam e se fortalecem entre os camponeses - é obrigatória a reflexão de como são construídas as "tramas" que tecem um cotidiano entre os camponeses, suas famílias, filhos, amigos, etc e suas conexões com a história. A partir dessa abordagem Martins vai na mesma direção, ao dizer: "As práticas dos grupos e classes subalternas, porém, indicadas acima, com suas valorações morais e o questionamento moral das relações imediatas, com as necessidades radicais derivadas do desencontro entre a pos-

sibilidade e a realidade, põem em questão não só a exploração, mas também as diferentes formas assumidas pelo poder na vida cotidiana dos diferentes grupos e pessoas. Desse modo, ganham força e importância as injustiças e opressões cotidianas na formulação da crítica da realidade e no desencadeamento dos movimentos sociais. Ganham força e importância as manifestações e expressões imediatas da acumulação e da dominação. Portanto, entram no âmbito do julgamento crítico não só a forma de exploração, mas a própria riqueza; não só a forma da dominação, mas o próprio poder".

É precisamente no resgate dessas duas categorias - privado e cotidiano - que entendemos estar o processo educativo presente nos assentamentos - quando fizeram parte do conjunto das pautas de sua organização. Isto está ligado profundamente com a questão da alfabetização no seu sentido "conscientizador". Portanto, se um projeto de formar monitores se utiliza dessas categorias - aí também estará o ganho de significado para o que se entende como cidadania. Todavia não nos esqueçamos do quanto que tais categorias podem se transformar também em desafios aos intelectuais e educadores populares em seus processos cristalizados de análise que fazem sobre os movimentos populares.

Desejamos destacar a "figura" do pesquisador, leitor privilegiado e agente "treinado" para transmitir a toda sociedade (socialização do conhecimento) como se processam as modificações dentro do movimento dos Sem Terra a partir dos assentamentos. É esse agente que, por formação acadêmica com tradição iluminista, deixa de lado o que se processa nas inúmeras instâncias do fenômeno social em estudo. Novamente é Martins<sup>20</sup> que nos ajuda: "... é o cientista social interessar-se por informantes que estão no centro dos acontecimentos, que têm um certo domínio das ocorrências, que têm, supostamente, uma visão mais ampla das coisas, que são os arquitetos da cena e da encenação social. Basicamente, essa opção tende a selecionar informantes que têm, ao menos, algum poder: o líder local, os dirigentes, o chefe de

família, o adulto. Nada confunde mais o pesquisador de campo do que quando, cumprindo as normas estabelecidas pelo 'sábio' da pesquisa, chega a uma casa para entrevistar o chefe da família e no lugar dele encontra a viúva, a divorciada, a abandonada pelo marido, a mãe solteira, ou a criança que fica em casa enquanto os pais estão trabalhando"... acrescenta Martins: "... as ciências humanas com a possível exceção da antropologia, não têm sido capazes de decifrar o silêncio daqueles que não foram eleitos pelo saber acadêmico como informantes válidos dos pesquisadores"<sup>21</sup>.

Ousaríamos acrescentar que nessa assertiva falta ser enquadrado o educador popular que também poderá agir como o pesquisador. Não excluimos as agências de assessoria como também os partidos políticos e a própria Igreja. Por esse raciocínio poderemos concluir que o movimento popular será sempre conduzido (sic) para privilegiar o espaço público, da necessária conquista do Estado e como tal as instâncias menos "nobres" do dia-a-dia serão consideradas como fontes de análise menos qualificadas para o entendimento do público/político. As instâncias que constroem o cotidiano serão consideradas como metas a serem atingidas somente quando algumas pré-condições materiais e políticas forem resolvidas. É a famosa "postergação" - depois da conquista do Estado, então serão estudadas essas questões "menores".

## CONCLUSÃO

A complementação da produção do conhecimento crítico, entre assessoria dos movimentos populares e as classes subalternas, foi o significado que empregamos para o processo educativo neste artigo. Martins esclarece: "produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito, na medida em que lhe restituímos a condição de objetivo e lhe abrimos a possibilidade de resgatar o pleno sentido do conhecimento alternativo que ele representa e propõe na sua prática"<sup>22</sup>.

\*Nilton Bueno Fischer é professor da Faculdade de Educação da UFRGS/Porto Alegre



## NOTAS

1. Ver artigo "Teorias sobre campesinato: Formação Discursiva" de Jacques A.L. Marre, publicado por *Adverso*, Ano II, nº 3, Jun/Jul/Ago/91. Porto Alegre.

2. *Idem*, p.35

3. Lino de David, texto de avaliação do Projeto: Apoio ao MSR/RS. Neste artigo daremos destaque aos dados, documentos e exemplos do RS devido ao acesso que tivemos às fontes. Tabela 06 (mimeo), 1991.

4. Expressão retirada de Sader e Paoli: sobre "Classes Populares" no Pensamento Sociológico Brasileiro, *A Aventura Antropológica*, org. por Ruth Cardoso, Paz e Terra, Rio, 1986.

5. O excelente capítulo final do seu livro *Caminhada no Chão da Noite*, Hucitec, São Paulo, 1989 - torna-se uma leitura obrigatória para todos aqueles que trabalham junto aos movimentos populares.

6. *Idem*, p.133.

7. O engenheiro agrônomo Lino de David, num relatório técnico comenta essa questão muito apropriadamente.

8. Obra *Não há terra para plantar nesse verão*, edição Vozes, 1986.

9. *Idem*, p.102.

10. *Idem* p.103

11. É importante ler-se todo o documento gerador da proposta de alfabetização proposto pela assessoria do MST/RS.

12. DER. Departamento de Educação Rural da Fundepe (Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceieiro).

13. Ver texto mimeo *Sem Terra Agora Contra o Analfabetismo*, Abril de 1991.

14. Excelente texto de Ecléa Bosi *Cultura e Enraizamento in Cultura Brasileira* (org.) Alfredo Bosi: Ática, São Paulo, 1987.

15. *Regimar e seus amigos. A criança na luta pela terra e pela vida*. Título do capítulo no

livro *O Massacre dos Inocentes*, também organizado por José de Souza Martins, Hucitec, São Paulo, 1991.

16. *Educação como Cultura*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985. O primeiro capítulo faz bem essa retrospectiva do MCP.

17. *Idem*, p.17, palavras de Carlos N. Coutinho.

18. *Revista Travessia*, nº 09, IV, Jan/Fev/91, p.31

19. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*, Henri Lefebvre, Ática, São Paulo, 1991.

20. Martins, Texto: *Regimar e seus amigos(...)* p.53. É emocionante um cientista social encontrar, no pequeno Regimar, (11 anos, miúdo e arrumadinho) a fonte qualificada sobre as questões da terra (p.74 a 78).

21. *Idem*, p.55

22. Palavras conclusivas do Livro: *Caminhada no Chão da Noite*, p.137.

